


Serviço de Anestesiologia Medicina Perioperatória Dor e Terapia Intensiva Ss Ltda SAMMEDJ			
C.N.P.J.: 11.282.212/0001-25			
Registro no Cartório: 0041442 • Data: 05/10/2009 • Período: 01/01/2024 a 31/12/2024			
Balanco encerrado em: 31/12/2024			
Descrição	Saldo Atual	Descrição	Saldo Atual
<b>ATIVO</b>	<b>25.301.901,15d</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>25.301.901,15c</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>21.245.575,40d</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.287.812,92c</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>15.146.815,86d</b>	<b>EXIGÍVEL A CURTO PRAZO</b>	<b>2.287.812,92c</b>
<b>CAIXA GERAL</b>	<b>271.99d</b>	<b>FORNECEDORES NACIONAIS</b>	<b>76.281,79c</b>
<b>CAIXA</b>	<b>271.99d</b>	<b>C.M.T. - CENTRO DE MEDICINA DO TRABALHO DE SAO PAULO S/A</b>	<b>1.263,39c</b>
<b>APLICACOES FINANCEIRAS</b>	<b>15.146.543,87d</b>	<b>QUINTO OFICIAL DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL</b>	
<b>BANCO DO BRASIL S/A</b>	<b>8.823.001,56d</b>	<b>DE PESSOA JURIDICA DA COMARCA DA CAPITAL</b>	<b>546,68c</b>
<b>BANCO SANTANDER</b>	<b>6.328.542,31d</b>	<b>INSTITUICOES E SERVICOS EM TI LTDA</b>	<b>258,00c</b>
<b>DUPPLICATAS A RECEBER</b>	<b>2.322.807,26d</b>	<b>ITOTEC INFORMATICA COM E SERVICOS LT</b>	<b>333,73c</b>
<b>CLIENTES NACIONAIS</b>	<b>2.322.807,26d</b>	<b>GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS</b>	
<b>CLIENTES DIVERSOS</b>	<b>2.322.807,26d</b>	<b>MEDICO-HOSPITALARES LTDA</b>	<b>72.279,99c</b>
<b>CREDITOS E VALORES</b>	<b>3.654.952,31d</b>	<b>KITANDAS DAS MINAS CULTURA ALIMENTAR AFRO LTDA</b>	<b>1.600,00c</b>
<b>ADIANTEMENTOS DIVERSOS</b>	<b>3.644.697,53d</b>	<b>OBIGACOES TRABALHISTAS</b>	<b>383.969,28c</b>
<b>ANTICIPIACAO DE LUCROS</b>	<b>2.615.934,89d</b>	<b>SALARIOS A PAGAR</b>	<b>88.637,51c</b>
<b>DATI</b>	<b>1.004.426,22d</b>	<b>INSS A RECOLHER</b>	<b>101.956,13c</b>
<b>COMASP</b>	<b>20.147,25d</b>	<b>FGTS A RECOLHER</b>	<b>10.748,71c</b>
<b>IMPOSTOS A RECUPERAR</b>	<b>4.189,17d</b>	<b>CONTRIBUICAO ASSISTENCIAL A RECOLHER</b>	<b>529,44c</b>
<b>CSLL A RECUPERAR</b>	<b>10.254,78d</b>	<b>PRO-LABORE A PAGAR</b>	<b>140.330,53c</b>
<b>PIS NAO-CUMULATIVO A RECUPERAR</b>	<b>2.205,32d</b>	<b>AUTONOMOS A PAGAR</b>	<b>41.766,96c</b>
<b>COFINS NAO-CUMULATIVO A RECUPERAR</b>	<b>1.439,47d</b>	<b>OBIGACOES TRIBUTARIAS</b>	<b>1.807.561,85c</b>
<b>NAO CIRCULANTE</b>	<b>6.615,99d</b>	<b>PIS A RECOLHER</b>	<b>1.005.274,88c</b>
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>4.177.325,72d</b>	<b>CSLL A RECOLHER</b>	<b>428.584,45c</b>
<b>DEPOSITOS E CAUCOES</b>	<b>151.097,09d</b>	<b>PIS A RECOLHER</b>	<b>28.385,02c</b>
<b>DEPOSITOS JUDICIAIS</b>	<b>151.097,09d</b>	<b>COFINS A RECOLHER</b>	<b>131.077,26c</b>
<b>VALORES A REALIZAR</b>	<b>3.791.915,16d</b>	<b>ISS A RECOLHER</b>	<b>107.213,91c</b>
<b>GLOSAS RECEBIMENTOS</b>	<b>1.442.922,71d</b>	<b>IRRF - FOLHA A RECOLHER</b>	<b>27.095,83c</b>
<b>DEPOSITOS CAUCAO IAMSP</b>	<b>2.348.992,45d</b>	<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>23.034.088,23c</b>
<b>IMOBILIZACOES</b>	<b>186.319,47d</b>	<b>CAPITAL E RESERVA</b>	<b>23.034.088,23c</b>
<b>IMOBILIZACAO TECNICO</b>	<b>549.600,52d</b>	<b>FORO CENTRAL CIVEL</b>	<b>40.250,00c</b>
<b>INSTALACOES</b>	<b>1.360,00d</b>	<b>CAPITAL SUBSCRITO</b>	<b>40.250,00c</b>
<b>MAQUINAS E EQUIPOTOS</b>	<b>10.000,00d</b>	<b>RESERVAS</b>	<b>11.100.000,00c</b>
<b>MOVEIS E UTENSILIOS</b>	<b>46.502,07d</b>	<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>	<b>4.600.000,00c</b>
<b>EQUIPAMENTOS MEDICOS</b>	<b>230.980,42d</b>	<b>RESERVA LEGAL</b>	<b>2.500.000,00c</b>
<b>EQUIPAMENTOS, COMPUTADORES E PERIFERICOS</b>	<b>88.064,00d</b>	<b>RESERVA PARA CONTINGENCIAS</b>	<b>1.000.000,00c</b>
<b>MAQUINAS DE ESCRITORIO</b>	<b>12.375,03d</b>	<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>11.893.838,23c</b>
<b>(-) DEPRECIACAO DE IMOBILIZACAO TECNICO</b>	<b>363.281,05c</b>	<b>LUCROS ACUMULADOS</b>	<b>45.511.774,38c</b>
<b>(-) DEPRECIACAO DE INSTALACOES</b>	<b>927,68c</b>	<b>LUCROS DISTRIBUIDOS</b>	<b>39.979.266,11c</b>
<b>(-) DEPRECIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>	<b>13.677,45c</b>	<b>RESERVA DE LUCRO A DISTRIBUIR</b>	<b>3.869.382,35c</b>
<b>(-) DEPRECIACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS</b>	<b>44.256,49c</b>	<b>RESERVAS CONTINGENCIA</b>	<b>2.491.977,61c</b>
<b>(-) DEPRECIACAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS</b>	<b>230.980,42c</b>		
<b>(-) DEPRECIACAO DE EQUIPAMENTOS, COMPUTADORES E PERIFERICOS</b>	<b>88.064,00c</b>		
<b>(-) DEPRECIACAO DE MAQUINAS DE ESCRITORIO</b>	<b>12.375,03c</b>		
<b>IMOBILIZACOES</b>	<b>47.994,00d</b>		
<b>MARCAS E PATENTES</b>	<b>47.994,00d</b>		
<b>DIREITO DE USO DE SOFTWARE</b>	<b>47.994,00d</b>		



**ELEBRÁS PROJETOS S.A.**  
CNPJ/MF nº 04.823.041/0001-39 - NIRE 35.300.487.532  
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2024

**1. Data, Hora e Local:** Realizada aos 25 (vinte e cinco) dias de novembro de 2024, às 10h10min, na sede da Elebrás Projetos S.A. ("Companhia"), na Rua Werner von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 74, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**2. Presença e Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S/A"), por estarem presentes as acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. **Luis Fernando Mendonça de Barros Filho**, que nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Jr.** para secretário-**4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a destituição, eleição e substituição de membros do Conselho de Administração da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, as acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Aprovar a destituição da Sra. **Paula Ferrarato Dalbello**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da carteira de identidade nº Bm45302, inscrita pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 051.297.069-60, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 73, Lapa de Baixo, CEP 05069-900 e do Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 27.888.572-X, emitida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 223.125.088-85, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 73, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, ambos dos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia. **5.2.** Em decorrência da acima deliberado, os Srs. **Paula Ferrarato Dalbello** e **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros** e a Companhia outorgam-se, mutuamente, a mais plena, ampla, rasa, irrevogável e irretroativa quitação para nada reclamar e/ou pretender, a qualquer tempo e/ou a qualquer título, em juízo ou fora dele, com relação ao período em que foram membros do Conselho de Administração da Companhia. **5.3.** Ato contínuo, as acionistas deliberaram, sem reservas, que o Sr. **Manuel Ortiz Plaza**, espanhol, casado, engenheiro, portador do passaporte espanhol nº PAD859604, com domicílio profissional em Avenida de Burgos, 89, EDIF 1 MOD A-B, Parque Empresarial ADEQUA, 28050, Madrid, Espanha, que, até a presente data, exerceu o cargo de **Presidente do Conselho de Administração da Companhia**, passará a exercer o cargo de **membro do Conselho de Administração da Companhia** com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027, conforme Termo de Posse (**Anexo I**). **5.4.** Tendo em vista a vacância dos cargos desempenhados pelos Srs. **Paula Ferrarato Dalbello** e **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** e o novo cargo a ser desempenhado pelo Sr. **Manuel Ortiz Plaza**, as acionistas, por unanimidade, decidem eleger para os cargos de membros do Conselho de Administração, para mandato que se estenderá até a realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 2027, os Srs.: **a. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz**, português, casado, economista, inscrito no RNM sob o nº F791054-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 716.864.931-00, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de **Presidente do Conselho de Administração**; **e b. Fábio William Loreti**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 164.841, inscrito no CPF/MF sob o nº 195.224.658-01, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, São Paulo/SP, para o cargo de **membro do Conselho de Administração**. **5.5.** Os conselheiros ora eleitos tomam posse de seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse constantes dos **Anexos II e III** à presente ata e declaram, sob as penas da lei e nos termos do artigo 147, §1º da Lei das S.A., que **(i)** não se encontram impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; **(ii)** possuem reputação ilibada e respeitam os requisitos do §3º do artigo 147 da Lei das S.A.; **e (iii)** não têm interesse conflitante com o da Companhia. **5.6.** Considerando as deliberações acima, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto pelos seguintes membros, os quais terão o mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027: **a. Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz**, português, casado, economista, inscrito no RNM sob o nº F791054-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 716.864.931-00, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de **Presidente do Conselho de Administração**; **b. Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz**, português, casado, economista, inscrito no RNM sob o nº F791054-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 716.864.931-00, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, São Paulo/SP, para o cargo de **membro do Conselho de Administração**; **c. Sr. Manuel Ortiz Plaza**, espanhol, casado, engenheiro, portador do passaporte espanhol nº PAD859604, com domicílio profissional em Avenida de Burgos, 89, EDIF 1 MOD A-B, Parque Empresarial ADEQUA, 28050, Madrid, Espanha, no cargo de **membro do Conselho de Administração**; **d. Sr. Fábio William Loreti**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 164.841, inscrito no CPF/MF sob o nº 195.224.658-01, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, São Paulo/SP, no cargo de **membro do Conselho de Administração**; **e. Sr. Evandro Leite Vasconcelos**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade Profissional nº 29657 CREAMG, inscrito no CPF/MF sob o nº 251.704-16-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Funchal, 418, 3º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no cargo de **membro do Conselho de Administração**, indicado pela acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A.; **f. Sr. Liyi Zhang**, chinês, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade para estrangeiros RNM nº F6423375, emitida pela Delegim/Drex/SP/RS/PS, inscrito no CPF/MF sob o nº 717.746.281-39, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Funchal, nº 418, 3º andar, conjunto 2901, Vila Olímpia, CEP 04551-060, no cargo de **membro do Conselho de Administração**, indicado pela acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A.; **e g. Sr. Sílvio Alexandre Scugaglia da Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 22.617.319-7, emitida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 197.536.028-12, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Funchal, nº 418, 3º andar, conjunto 2901, Vila Olímpia, CEP 04551-060, no cargo de **membro do Conselho de Administração**, indicado pela acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, relesbta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. **Assinaturas:** **Mesa:** Sr. Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Presidente; e Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Jr. - Secretário. **Acionistas:** EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores, os Srs. Luis Fernando Mendonça de Barros Filho e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Jr.); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Sílvio Alexandre Scugaglia da Silva). São Paulo, 25 de novembro de 2024. **A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.** **Mesa:** Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Presidente, Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. JUCESP n. 000.562/25 em de 09/01/2025. Aloisio E. Soares Junior - Secretário geral em exercício.



**Agropecuária Santa Silvia S.A.**  
CNPJ/MF nº 04.981.577/0001-82 - NIRE 35.300.094.085

**Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam os acionistas da Agropecuária Santa Silvia S.A. convidados, em primeira convocação, a se reunir em **Assembleia Geral Extraordinária**, que será realizada no dia **16 de abril de 2025, às 10h00**, em sua sede social, na Rua Groenlândia, nº 1.611, sala 4, na Capital do Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(I)** ratificação da Cisão Parcial da Companhia realizada em 30.04.2021, e do respectivo Protocolo e Justificação, para referir expressamente as matrículas relativas à área rural de 9.400 ha, equivalente a 9,1843% (nove inteiros e mil octocentos e trinta e oito décimos de milésimo por cento) da Fazenda Santa Silvia, localizada no Cocalinho, Mato Grosso, que integrou o acervo transferido pela cisão parcial a Armazém Jubran Empreendimentos Ltda.; **(II)** ratificação dos demais termos da cisão parcial deliberada em 30.04.2021 e autorização para a prática de todos os demais atos e registros necessários à implementação da Cisão Parcial, em especial da transferência e registro dos bens imóveis vertidos a Armazém Jubran Empreendimentos Ltda.

São Paulo, 07 de abril de 2025

Atenciosamente,


**Solange Rapp Jubran**  
Presidente do Conselho de Administração



**S. Magalhães S.A. - Logística em Comércio Exterior**  
CNPJ (MF) 58.130.089/0001-90 - NIRE 35.3.0005542-0

**Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 07 de Março de 2025**


**Realizada em 07 de março de 2025, Local e hora:** Sede Social, em Santos (SP), às 09 hs. **Presença:** Acionistas representados por 14 (quatorze) das 14 (quatorze) ações publicadas. **Mesa:** Presidente: Fernando da Cunha Magalhães Junior. Secretário: Guilherme Souza Magalhães. **AGO. Ordem do dia:** a) Leitura, Discussão e Votação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2024; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários; d) Eleição do Conselho Consultivo e fixação de seus honorários. **Deliberações unânimes:** a) Aprovados, o Relatório dos Administradores, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2024; b) Destinação do Resultado do Exercício em 28/02/2025; b) Aprovado, que o Resultado Apurado no Balanço Anual da Sociedade encerrado em 31/12/2024, no valor de R\$ 11.623.073,75, tenha a seguinte distribuição: **a) R\$ 2.905.768,44** a título de **Dividendos aos Acionistas**; **b) R\$ 1.307.595,80** a título de **Gratificação à Diretoria**; **c) R\$ 7.409.709,51** transferidos para **Reservas de Lucros**. c) Eleitos para a Diretoria: **a) Diretor:** Presidente, Fernando da Cunha Magalhães Junior, RG.16.580.240-3 SSP-SP. CPF. 027.766.478-39. **Director:** Sérgio Ricardo Alves de Oliveira, RG.16.580.752-6 SSP-SP. CPF. 027.766.478-39. **Director:** Sérgio Ricardo Alves de Oliveira, RG.16.580.752-6 SSP-SP. CPF. 027.766.478-39. **Director:** Peter Frey Junior, RG.1.437.516-X SSP-SP. CPF. 133.845.218-54. d) Eleitos para o Conselho Consultivo: **a) Presidente:** Fernando da Cunha Magalhães Junior, RG.1.607.096-3 IPF/ RJ. CPF. 017.430.588-53. **Conselheiro:** Luiz Henrique Magalhães Ozeas, RG. 9.769.072-8 SSP-SP. CPF. 849.346.248-04. Fica decidido e aprovado que para os honorários da Presidência, Diretoria e Conselho Consultivo, o quantum global mensal será de **R\$ 20.844,92**. **AGE: Ordem do Dia:** a) Outros assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberações:** **a)** Outros assuntos de interesse da Sociedade: pediu a palavra o Presidente do Conselho Consultivo Dr. Fernando da Cunha Magalhães para comunicar que por motivos particulares solicita licença "sine die", sem remuneração, do cargo que ocupa no Conselho Consultivo da Empresa, que foi aceita por todos os presentes. **Encerramento da AGO/AGE:** Nada mais havendo a tratar, as atas que foram lidas, aprovadas e por todos os presentes assinadas. Santos, 07/03/2025. A seguinte ata foi lavrada e está registrada na JUCESP sob o nº 117.122/25 em 02/04/2025. Aloisio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO PAULO

**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
Praça João Mendes s/nº, Sala 1805, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**DECISÃO**  
Processo Digital nº: 1023139-27-2025.8.26.0100  
Classe - Assunto **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**  
Requerente: **Seacrest Uruguay S.a.** e outros  
Tipo Completo do Processo: **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**  
**Principal <= Informação indisponível >>> Informação indisponível >>> Nome da Parte Passiva**  
Juiz(a) de Direito: (Dr(a). **MARCELO STABEL DE CARVALHO HANNOUN**  
Vistos.  
Trata-se de pedido de recuperação judicial formulado por **SEACREST PETRÓLEO S.A., SEACREST SPE CRICARÉ S.A., SEACREST PETRÓLEO SPE NORTE CAPIXABA LTDA., SEACREST PETRÓLEO CRICARÉ BERMUUDA LIMITED E SEACREST URUGUAY S.A.**, alegando que estão em crise econômico-financeira e buscam alternativa para viabilizar seu surgimento. Inicialmente distribuído à 25ª Vara Cível deste Foro Central, a r. decisão de fls. 1543 determinou a remessa dos autos para esta Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital. As requerentes apresentaram relação de credores ratificada e complementaram as certidões falantes (fls. 1.549/1.561). **É o relatório. Fundamento e deciso.** Verifico que a existência de gestão comum entre as sociedades empresárias requerentes, somado ao fato de que se apresentaram como grupo econômico no mercado onde atuam, são requisitos suficientes para justificar o litisconsórcio (consolidação processual), nos termos do artigo 69-G, da Lei nº 11.101/2005, incluído pela Lei nº 14.112/2020. Não houve pedido de consolidação substancial, de modo que o feito deve prosseguir na forma do artigo 69-I da Lei nº 11.101/2005, assegurando-se a independência dos devedores, dos seus ativos e dos seus passivos, com apresentação de meios de recuperação independentes e específicos para a composição de seus passivos. Os documentos juntados aos autos comprovam que as requerentes preenchem os requisitos legais para requerimento da recuperação judicial, conforme artigo 48 da Lei nº 11.101/05. A petição inicial foi instruída nos termos exigidos pelo artigo 51 da Lei nº 11.101/05. A relação dos credores, a relação dos bens dos administradores e os extratos bancários das contas-corrente e de aplicações financeiras foram também juntados (artigo 51, incisos IV, VI e VII, da Lei nº 11.101/2005), mas no incidente nº 1021687-36.2025.8.26.0100, com acesso ao administrador judicial e Ministério Público, uma vez que veiculam informações sigilosas e dados pessoais. Os fatos narrados pelas requerentes, em conjunto com os documentos por elas acostados, são suficientes para demonstração da crise econômico-financeira e da relevância do procedimento recuperacional na manutenção da atividade. Portanto, o pedido está em termos para ter o seu processamento deferido, já que presentes os requisitos legais (artigos 47, 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005). Por outro lado, incabível indeferimento embasado em análise da viabilidade econômico-financeira do devedor, o que caberia aos credores oportunamente. Ante o exposto, estando em termos a petição inicial, **DEFIRO** o processamento da recuperação judicial de: **(I) SEACREST PETRÓLEO S.A., CNPJ nº 28.473.807/0001-60; (II) SEACREST SPE CRICARÉ S.A., CNPJ nº 35.723.994/0001-50; (III) SEACREST PETRÓLEO SPE NORTE CAPIXABA LTDA., CNPJ nº 40.875.704/0001-22; (IV) SEACREST PETRÓLEO CRICARÉ BERMUUDA LIMITED, número de registro 2102100271, de acordo com as leis das Bermudas; e (V) SEACREST URUGUAY S.A., número de registro 21.717.300.010, de acordo com as leis do Uruguai, CNPJ nº 43.603.625/0001-50, em consolidação processual, nos termos do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005. Por tanto: 1) nomeio como administrador judicial **ALVAREZ & MARSAL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 07.016.138/0001-28, representada por **Luciana Fagundes Gasques**, CPF nº 123.509.868-70, e-mail: lgasques@alvarezandmarsal.com e alvrsal@alvarezandmarsal.com, com endereço na Rua Surubim, nº 373, 3º andar, conjunto 21, Cidade Monções, CEP 04571-050, São Paulo, SP, para os fins do artigo 22, inciso I e II, da Lei nº 11.101/05, devendo informar se aceita o encargo e juntar nestes autos o termo de compromisso, autorizada a intimação via e-mail institucional. 1.1) Deve a Administradora Judicial informar o juízo a situação das empresas em 10 (dez) dias, para fins do artigo 22, inciso II, alínea "a" (primeira parte) e "c", da Lei nº 11.101/05. 1.2) Caso seja necessária a contratação de auxiliares (contadores, advogados etc.), deverá apresentar o contrato, no prazo de 10 dias. 1.3) Caberá à Administradora Judicial fiscalizar a regularidade do processo e o cumprimento dos prazos pela recuperanda. honorários. 1.4) No mesmo prazo assinalado no item 1.1, deverá apresentar proposta de 1.5) Quanto aos relacionamentos mensais, que não se confundem com o relatório determinado no item 1.1 supra, deverá a Administradora Judicial protocolar o primeiro relatório como incidente à recuperação judicial, evitando sua junta nos autos principais, sendo que os relacionamentos mensais subsequentes deverão ser, sempre, direcionados ao incidente já instaurado. 2) Em relação às Juntas Comerciais da(s) respectiva(s) sede(s) da(s) recuperanda(s), deverá(a) elas providenciar a competente comunicação ao(s) aludido(s) órgão(s), na qual conste, além da alteração do nome com a expressão "em Recuperação Judicial", a data do deferimento do processamento e os dados da Administradora Judicial nomeada, comprovando, nos autos, o encaminhamento da comunicação no prazo de 15 dias. 3) Determino pelo prazo de 180 dias, a partir do artigo 52, inciso I, da Lei nº 11.101/2005, a suspensão de todas as ações e execuções contra os devedores", na forma do artigo 6º do mesmo diploma legal, ou seja, "suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei" - I - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive das ações dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência; III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, ou de qualquer forma de constrição judicial sobre créditos ou obrigações sujeitas "em recuperação judicial ou à falência", devendo permanecer "os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º" dessa Lei e as relativas a créditos executados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 4º dessa mesma Lei", providenciando a devedora as comunicações competentes (artigo 52, § 3º, da Lei de Falências e de Recuperação de Empresas). Quanto aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 da LRF, deve ser observada a competência deste Juízo para determinar a suspensão dos atos de constrição que incidem sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial, a ser implementada mediante a cooperação jurisdicional. 4) Determino, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Lei nº 11.101/2005, as devedoras a "apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores", sendo que o primeiro demonstrativo mensal deverá ser protocolado como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverão ser juntados nos autos principais, sendo que os demonstrativos mensais subsequentes deverão ser sempre direcionados ao incidente já instaurado. 5) Deverão as recuperandas providenciar a expedição de comunicação, por carta, às Fazendas Públicas Federais e de todos os Estados e Municípios em que a devedora tiver estabelecimentos e filiais (LRF, artigo 52, inciso V), na qual deverá constar o conteúdo desta decisão ou cópia desta, providenciando, outrossim, o seu encaminhamento. 6) O prazo para habilitações ou divergências aos créditos relacionados (pela devedora) é de 15 (quinze) dias a contar da publicação do respectivo edital (LRF, artigo 7º, § 1º). Considerando que as empresas não apresentaram minuta de relação de credores elencada na inicial, nos termos do Comunicado nº 219/2018 da E. Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, e não deverão ser juntados nos autos principais (artigo 8º, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05). Observo, neste tópico, que: (i) serão consideradas habilitações retroatórias aquelas que deixaram de observar o prazo legal previsto no artigo 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/05, as quais serão recebidas como impugnação e processadas na forma dos artigos 13 a 15 (Lei de Falências e de Recuperação de Empresas), e estarão sujeitas ao recolhimento de custas, nos termos do artigo 10, caput e § 5º, da Lei nº 11.101/05 e da Lei Estadual nº 15.760/15, que alterou o disposto no § 8º do artigo 4º da Lei Estadual nº 11.008/03; (ii) caso as impugnações sejam apresentadas pela própria recuperanda, deverão ser recolhidas as taxas para intimação postal do impugnado, fazendo constar em sua peça inicial o endereço completo do impugnado (logradouro, número (inclusive nº bloco e do apartamento, se houver), bairro, CEP, cidade e estado). 11) Determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para as que devedoras exercçam suas atividades, nos termos do artigo 52, II, da LRF. 12) Intime-se, inclusive o Ministério Público. 13) Será exigida a apresentação das certidões negativas previstas no artigo 57 da Lei nº 11.101/05. Intime-se. São Paulo, 21 de fevereiro de 2025.**




**FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS**  
CNPJ nº 57.522.468/0001-63

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**UASG 926369 - Processo de Compra Digital nº 38/2025 - Edital nº 2/2025**  
**Pregão Eletrônico nº 90001/2025 (Reabertura)**

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Equipamento de Proteção Individual - EPI, pelo período de 1 ano. Início da sessão: 25/04/2025, às 8h30 (horário de Brasília-EP), no endereço eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). O Edital, contendo as condições de participação e informações sobre o processo licitatório, está disponível nos sites [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.fundhas.org.br](http://www.fundhas.org.br) (link Licitações).

SJCampos, 3 de abril de 2025. Juvenil de Almeida Silva - Diretor Presidente.



**VRENTAL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.**  
CNPJ nº 41.570.356/0001-48  
NIRE 26.300.048.621